

Gênero e Diversidade Sexual

Um glossário



Escolas Plurais

Escolas Plurais

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Fernando César Bezerra de Andrade
Rogério Diniz Junqueira

Gênero e Diversidade Sexual

Um glossário



Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Fernando Cézar Bezerra de Andrade
Rogério Diniz Junqueira

João Pessoa, 2009



PROJETO IGUAIS PORQUE DIFERENTES

Coordenação:

Maria Eulina Pessoa de Carvalho – DHP, Centro de Educação, UFPB

Fernando César Bezerra de Andrade – DFE, Centro de Educação, UFPB

Vinculação institucional:

Grupo de pesquisa *Currículo Transversal nas Interseções Escola-Família-Comunidade e na Prática Docente*, Programa de Pós-Graduação em Educação

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM

Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba

Financiamento:

Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD

Capa e ilustrações: Gilton Lira

FICHA CATALOGRÁFICA



Apresentação

*O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem
de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.
Passou um homem depois e disse: Essa volta que o rio faz
por trás de sua casa se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.*

Manoel de Barros¹

Início a apresentação do presente glossário utilizando-me das palavras do poeta Manoel de Barros. Nessa poesia, o autor ressalta uma preocupação que parece pertinente para a leitura e consulta deste material. Um dos primeiros elementos refere-se à construção social da linguagem e do discurso e, com isso, a construção de sentidos culturais. Ou seja, muitos conceitos, termos e até práticas existiam em outros momentos históricos e culturais, mas não eram conceituados ou estudados, ou seja, não tinham um “nome” ou significado com legitimidade de alguma ciência.

Isto nos remete à idéia de que a linguagem e suas atribuições de sentidos estão imbricadas em produção de poder e de saber. Observar a linguagem como *locus* de produção de sentidos implica compreendê-la como parte de um processo dinâmico e produtivo, instigador de novas possibilidades de ser. A linguagem, então, não é apenas um meio de transmitir idéias e significados, mas é a instância em que se constroem sentidos que atribuímos ao mundo e a nós mesmos; em outras palavras, pode-se dizer que a linguagem constitui realidades e sujeitos, como lembra Meyer².

Nessa produção discursiva, nem tudo pode ser dito, pois os discursos são práticas que obedecem a regras de formação específicas – das quais algumas propõem, outras interditam, como indicam os estudos do filósofo Michel Foucault. O discurso é organizado a partir de uma ordem do que pode ser dito e do que deve ser dito com ressalvas, e até mesmo o que precisa ser interditado.



Os conceitos ou nomes que damos às coisas são, portanto, invenções culturais, frutos de redes de saber-poder que legitimam certos enunciados como verdadeiros, especialmente devido à chancela das várias ciências. Em muitos casos, essa demarcação lingüística limita-nos e em outros possibilita que tenhamos condições de entender processos pelos quais nos constituímos como sujeitos sociais. Nessa discussão gostaria de salientar que mesmo havendo imposições que tentam fixar alguns conceitos-terminologias como verdade, os enunciados acabam por escorregar... Tal processo ocorre em relações sociais permeadas de relações de poder que não somente limitam, mas que produzem novas possibilidades e resistências.

Partindo dessas discussões teóricas, ressalto a importância de materiais como este glossário, que possibilita — a sujeitos que não se encontram na academia ou que não estudam as temáticas de corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual — entrar na ordem do discurso, utilizando-se um termo foucaultiano.

O presente glossário passa a ser um importante instrumento para facilitar a discussão teórica e tentar “decifrar” alguns “enigmas” teóricos, tornando-os, por fim, mais acessíveis para a leitora ou o leitor que não é um/a pesquisador/a na área dos estudos de gênero e da sexualidade ou que possua pouca leitura a respeito dessas temáticas. O objetivo primeiro desse material é, então, ampliar o acesso de educadoras e educadores da Educação Básica a conceitos e referências teóricas ligadas aos estudos acadêmicos sobre as relações de gênero, sexualidade e educação.

A sua utilização dependerá de seu interesse em aprofundamentos. Sugiro que em meio a sua curiosidade, ao ler o verbete solicitado, se possível, aprofunde a discussão com outras leituras, também sugeridas aqui. Ao ressaltar a importância desse material — produzido no âmbito de um projeto de extensão denominado “Iguais porque diferentes” (SECAD/FNDE), voltado para a formação de educadoras e educadores do Ensino Fundamental, desenvolvido em 2008 e coordenado pelo Grupo de Pesquisa Transversal, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (vinculado ao NIPAM e ao PPGE) —, destaco a sua escrita a várias mãos, fruto de discussões coletivas e de tentativa de tornar alguns conceitos científicos mais palatáveis para profissionais ou pessoas interessadas na temática, iniciantes ou não, ou mesmo para aquelas que, deparando-se com situações cotidianas de manifestações de sexualidade e de gênero, não percebem quais teorias poderiam estar presentes nessas práticas, visto que teoria e prática são elementos inseparáveis de práticas discursivas.



Os verbetes selecionados neste glossário foram sugeridos em processos de formação do referido projeto. No contato com as professoras e professores, percebeu-se a necessidade de mediação de conceitos e de aprofundamentos teóricos, o que originou o glossário, que também estará disponível em formato digital e integrará o acervo da Biblioteca Digital (www.ufbp.br/escolasplurais/), projeto também coordenado pelo referido Grupo da UFPB. O glossário, portanto, origina-se das discussões e desejos no âmbito dos processos formativos específicos em relações de gênero e sexualidade, e pretende ser instrumento educativo para subsidiar o referido público do projeto e demais profissionais, atuantes na educação formal ou informal, interessados/as em aprofundamentos teóricos, tornando-se assim estratégia para formação continuada de educadoras e educadores. É imprescindível, contudo, afirmar que na escrita desse material, ao tornar cada enunciado mais claro, com linguagem mais acessível para um público mais amplo, tomou-se o cuidado de não o esvaziar de sentido e de aprofundamento. Tarefa difícil, mas certamente bem sucedida nesse terreno de saberes e poderes, como foi evidenciado na sua escrita.

A palavra “glossário” significa vocabulário em que se explicam termos pouco conhecidos. Voltando à reflexão de Manoel de Barros descrita na epígrafe desta apresentação, ressalto alguns aspectos para efeito de síntese. Por que temos de conceituar algo? Ao buscar alguma “verdade”, devemos ficar alertas às armadilhas que aprisionam conceitos. Às vezes, a necessidade de explicações ou receitas gera um processo quase impossível de ser pensado e vivido. Devemos, contudo, observar em que medida esses conceitos também nos constituem como sujeitos. E, por fim, demarcar as possibilidades de resistência, de subversão diante do que está construído social e culturalmente.

É nesse sentido que vejo a fertilidade e importância deste glossário. Ao mesmo tempo que aponta reflexões teóricas, indica possibilidades de aprofundamentos. Essas possibilidades indicamos outros caminhos possíveis como o de desconfiar, subverter conceitos, ir além, problematizar, criar, questionar. É nessa perspectiva que este material ganha sentido e significado em discussões que pretendem desconstruir “verdades únicas”, questioná-las e deslocá-las de posições tão fortemente arraigadas.

A construção de sentidos e significados na linguagem também nos leva à construção de outras realidades. É esse o convite que faço ao apresentar este rico mate-



rial. Leia, discuta, problematize, questione, subverta. Não esqueça da provisoriidade de conceitos e do desejo de navegar entre tensões, contradições, poesia e construção de novas possibilidades discursivas

Constantina Xavier Filha³

Fevereiro de 2009

Notas

1 Manoel de Barros. *O livro das ignorâncias*. 13 ed. RJ/SP: Editora Record, 2007.

2 MEYER, Dagmar. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. In GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

3 Profa. Dra. do Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação e Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



1 Androcentrismo

Refere-se ao sistema cultural baseado em normas e valores que promovem sujeitos masculinos, a masculinidade e, especialmente, o modelo hegemônico de masculinidade, excluindo as mulheres de posições de privilégio e poder, assim como os homens cujas expressões de gênero não estão em conformidade com o modelo de masculinidade dominante – por exemplo, por serem vistos como menos másculos, afeminados, fracos, dóceis etc., não são considerados “homens de verdade” e, por isso, pela lógica androcêntrica, também são colocados em patamares hierárquicos inferiores, marginalizados, estigmatizados ou excluídos. Mulheres que se aproximam, mais ou menos, do que se pensa ser a aparência masculina podem ser consideradas “fora de seu lugar” e, por isso, também são discriminadas negativamente, não só porque são mulheres, mas mulheres inadequadas às normas de gênero. O androcentrismo mantém forte relação com a misoginia, o machismo, o sexismo, o heterossexismo, a homofobia, a heteronormatividade e outros fenômenos discriminatórios. (Ver: **Equidade de gênero, galocentrismo, machismo, masculinidade hegemônica, misoginia, poder, sexismo, violência de gênero**).

2 Binarismo

Modo de pensar que divide tudo em dois, sem considerar toda uma gama intermediária de possibilidades, nem a pluralidade ou a multiplicidade. (Ver: **Dicotomia, Epistemologia/metodologia feminista**).



3 Corpo

O corpo é o ponto de confluência de experiências físicas, simbólicas e sociológicas e também um substrato de matéria viva dotada de memória, dinamismo e de auto-regulação. Conforme André Le Breton, a existência é corporal: nunca se viu “um corpo” – o que se vê são homens, mulheres... O corpo não existe em estado natural e sempre será compreendido na trama social de sentidos. Por isso, Silvana Goellner sublinha que o corpo não é algo dado *a priori* nem é universal, ou seja, o corpo é provisório, mutável e mutante, variável não só ao longo do tempo, mas também porque está suscetível a inúmeras intervenções (conforme a cultura, as leis, os códigos morais, o desenvolvimento científico e tecnológico, as representações e os discursos feitos sobre ele ou em torno dele). A partir de uma perspectiva cultural, os corpos são observados nas suas especificidades e singularidades: corpos infantis, jovens, adultos, envelhecidos, brancos, não-brancos, pobres, femininos, masculinos, obesos, anoréxicos, saudáveis, doentes, católicos, muçulmanos, homossexuais, heterossexuais, com deficiência, atléticos, “sarados”... enfim, corpos múltiplos, ambíguos, dinâmicos, inconstantes, diferentes, classificados, hierarquizados. Nesse sentido, pode-se falar do corpo de várias perspectivas: a biológica (o organismo físico), a psicológica (auto-imagem psicológica, à qual se associa a auto-estima), a social e antropológica (estereótipos e modelos culturais de apreciação e utilização do corpo físico que servem para moldar, regular, incluir e excluir). (**Ver: Corporificação, gênero, habitus, heteronormatividade, natureza/cultura, sexo, sujeito**).



4 Corporificação

Processo de incorporação das inter-relações que constituem a experiência num corpo em constante transformação. Para Judith Butler, o gênero é o processo de corporificação resultante da repetida *performance* de atos de gendramento. (Ver: **Corpo, Gênero, Habitus, Heteronormatividade, Natureza/Cultura, Sexo**).

5 Dicotomia

Divisão em duas coisas opostas e excludentes entre si. Assim, constituem-se pólos antagônicos e inconciliáveis, cada qual sem contradições internas, de forma que tudo o que não se encaixar nitidamente nesta relação tenderá a ser marginalizado ou suprimido. Exemplo: numa perspectiva dicotômica, natureza e cultura se opõem e se excluem mutuamente. Do mesmo modo, ocorre com feminino e masculino. O emprego de oposições dicotômicas (eu-outro, branco-negro, homem-mulher, hetero-homossexual, puro-impuro etc.) implica uma ordem hierárquica, em que o primeiro elemento é supostamente superior, permanecendo como medida e padrão de todo o discurso dominante. O primeiro elemento atua como “identidade-referência”, a partir da qual as identidades que dela se diferenciarem serão marcadas e constituídas como “o outro” (inferior ou marginal). A “identidade-referência” será considerada “não-problemática”, socialmente edificada como norma e, por conseguinte, sempre presumida (daí o conceito de “heterossexualidade presumida”). (Ver: **Binarismo, Epistemologia/metodologia feminista, identidade, Gênero, Heteronormatividade**).



6 Diferença e desigualdade

A diferença, ao lado da identidade, é uma categoria lógica muito usada pelas pessoas para organizar suas experiências de conhecimento. Quando a diferença é usada para fundamentar a desigualdade, cria-se um discurso discriminatório. As diferenças (de classe, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de habilidade, de aparência física, de nacionalidade etc.) são nomeadas e instituídas pelas relações de poder. A atribuição da diferença, nesse caso, dá-se em relação a um lugar social, norma, característica ou valor eleito como referência, e é historicamente contingente. A noção de desigualdade está associada a lógicas de hierarquização social e política por meio das quais diferenças ou distinções que contrariam os padrões hegemônicos são transformadas em desigualdades, e seus sujeitos são socialmente rebaixados, marginalizados, excluídos ou estigmatizados. Na história recente, emergiram políticas de valorização da diferença e promoção da equidade, uma vez que o discurso centrado na igualdade formal não foi capaz de enfrentar as disparidades sociais e políticas. Diversos grupos discriminados têm reivindicado a adoção de políticas afirmativas que, segundo diferentes modalidades (cotas, leis contra a discriminação e a violência, acesso a bens, serviços, recursos etc), permitem o reconhecimento e a valorização das suas diferenças. É o caso dos movimentos feminista, LGBT, negro, indígena, de deficientes físicos ou mentais etc. (**ver: Identidade, Equidade de gênero, pedagogia feminista, Poder, Teoria queer**).

7 Diversidade

A noção de diversidade diz respeito à variedade, à coexistência ou à convivência de diferentes idéias, características, condições (físicas, socioculturais, políticas, ideoló-



gicas etc.) ou elementos que podem ser, inclusive, conflitantes entre si no que diz respeito a determinado assunto, valor, situação, condição, estilo de vida ou ambiente. A idéia de diversidade está ligada a: conceitos de heterogeneidade e variedade, pluralidade e multiplicidade; diferenças de pontos-de-vista e modos de abordar e perceber o mundo; tolerância e respeito mútuo; compreensão da multiplicidade de verdades possíveis na contemporaneidade. A diversidade não é algo que faz parte somente do outro, mas está em cada pessoa. Assim, falar de diversidade é falar, ao mesmo tempo, de todo o mundo e de cada elemento desse mundo em particular. Falar em respeito à diversidade significa reconhecer a existência do outro, mas também reconhecer a necessidade que temos uns dos outros nas redes de relações e de interdependência local e global. (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Epistemologia/metodologia Feminista, Identidade**).

8 ***Diversidade sexual e de gênero***

Diversidade sexual e diversidade de gênero são conceitos fortemente relacionados. *Diversidade de gênero* supõe múltiplas identidades de gênero ou diversas possibilidades de expressão de gênero. Portanto, o termo se contrapõe a visões calcadas no par binário e dicotômico masculino/feminino, posto pela heteronormatividade e pelo modelo de masculinidade hegemônica. Ou seja, implica o reconhecimento de que existem várias formas de masculinidade e feminilidade, e de que as pessoas também podem ficar na fronteira entre elas, expressar-se de maneira alternada ou, ainda, inventar novas formas de identidade ou novas expressões de gênero. *Diversidade sexual* engloba distintas orientações sexuais (por ex.: homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) e distintas identidades de gênero (por ex.: feminilidade travesti, feminilidade transexual, masculinidade transexual etc.). É uma noção importante na luta pela superação da homo-



fobia, do heterossexismo e no questionamento permanente da heteronormatividade. Esta noção, no campo da luta pelos direitos sexuais (entendidos de maneira plural), não se refere apenas à idéia de diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, mas inclui os/as trabalhadores/as sexuais, pessoas solteiras, viúvas, sem filhos... enfim, todos aqueles/as que se colocam (ou são percebidos/as) como "dissidentes sexuais" em relação à heteronormatividade. (Ver: Binarismo, Hicotomia, Epistemologia/metodologia feminista, Estereótipo de gênero, Gay, Gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Homofobia, Identidade de gênero, Lésbica, Orientação sexual, Masculinidade hegemônica, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem homofobia, Sexismo, Transexualidade, Transgênero, Travesti)

9 Empoderamento

Conceito empregado na área de *gênero e desenvolvimento* e pela *pedagogia feminista*, a partir do reconhecimento de que o poder é fonte de opressão em seu abuso e de emancipação em seu uso. Segundo Magdalena de Léon, refere-se ao processo de esclarecimento, conscientização, mobilização e organização coletiva para mudar a posição subordinada de um indivíduo ou grupo – no caso das mulheres, a posição subordinada de gênero. Envolve tanto uma dimensão individual quanto uma dimensão coletiva: o desenvolvimento da auto-suficiência e de habilidades de fazer coisas, definir as próprias agendas de mudança social, organizar-se coletivamente e colocar demandas ao Estado. Implica, assim, tanto controle da própria vida (ganhar voz, mobilidade, presença pública) quanto controle sobre as estruturas de poder para transformá-las em favor de si e de seu grupo. O empoderamento dos sujeitos dominados requer, portanto, o aprendizado crítico sobre a cultura do poder, suas relações e formas, a fim de ampliar sua participação social, intelectual e política. A Conferência Mundial de Mulheres de Beijing,



em 1995, apontou a necessidade de se estudarem as conexões entre educação e empoderamento. (ver: **Androcentrismo, Epistemologia/metodologia feminista, Equidade de gênero, Falocentrismo, Feminismo, Igualdade, Machismo, Patriarcado, Pedagogia feminista, Poder, Politicamente correto, Sujeito**).

10 Epistemologia/metodologia feminista

A epistemologia procura responder às questões: como conheço o mundo? Qual é a natureza da relação entre o conhecedor (o pesquisador) e o conhecido (realidade)? A epistemologia feminista é um paradigma (ou seja, um conjunto básico de crenças que configuram um modo de entender a realidade e orientam a ação) que toma como ponto de partida a crítica aos dualismos; à articulação entre masculinidade, objetividade e razão, como seus pólos superiores; e à localização social masculina do conhecimento. Segundo Norman Denzin e Yvonna Lincoln, a epistemologia feminista critica a “visão de lugar nenhum” (ou seja, o conhecimento descontextualizado, não situado, como se a perspectiva masculina fosse única e universal); critica também a objetividade descorporificada do paradigma cartesiano, que cindiu corpo e mente e situou o conhecimento exclusivamente na esfera mental. Por isso, assume a intersubjetividade, uma racionalidade afetiva, interativa, construída a partir de diversas perspectivas e localizações alternativas. Essa epistemologia defende um conhecimento que visa a crítica, a conscientização e a transformação das relações sociais, especialmente de gênero, que determinam relações de conhecimento; um conhecimento que visa, igualmente, o empoderamento e a liberação/emancipação, a militância e a teorização engajada. Sua metodologia é reflexiva, buscando articular subjetividade e objetividade, razão e emoção, reconhecendo o lugar da emoção, da subjetividade e do corpo no conhecimento, valorizando a contextualização do conhecimento e o empirismo politicamente informado. Focaliza as experiências vividas, a posição histórico-material das práticas e das experiências



das mulheres; e inclui as vozes da pesquisadora e dos sujeitos, assim como valores como a solidariedade. Utiliza a pesquisa participante e as metodologias qualitativas, sem desprezar os levantamentos quantitativos, focando as conexões entre a vida cotidiana e a análise das instituições sociais que a conformam, valorizando as práticas locais. O ponto de vista feminista, segundo Nancy Hartsock, é produto da conscientização, do engajamento sócio-político, de experiências grupais historicamente compartilhadas, do envolvimento pessoal da pesquisadora com as participantes. O compartilhamento dos resultados visa promover a mudança social. Além de Nancy Hartsock, epistemólogas feministas pioneiras são Sandra Harding e Donna Haraway. (Ver: Empoderamento, Eqüidade de Gênero, Feminismo, Gênero, Pedagogia Feminista)

11 Eqüidade de Gênero

Eqüidade refere-se à construção da igualdade de usufruto de direitos e bens sociais a partir do reconhecimento das diferenças entre as pessoas. Eqüidade de gênero significa igual valorização de atributos considerados masculinos e femininos, seja na vida individual, seja nas práticas sociais. Nesse sentido, iniquidade ou desigualdade de gênero não é simplesmente discriminação de sexo ou exclusão de mulheres de posições de privilégio e poder; de modo mais amplo, refere-se à assimetria de gênero, ou seja, à valorização dos atributos de um gênero em detrimento do outro; na cultura androcêntrica, corresponde à desvalorização das expressões femininas. (Ver: Androcentrismo, Diferença e desigualdade, Diversidade, Gênero, Pedagogia feminista, Poder).



12 Estereótipo de gênero

Um estereótipo é uma representação simplificada e simplificadora, parcial, exagerada, geralmente negativa e prejudicial de um grupo, resistente à correção pela evidência empírica e pela argumentação lógica. O estereótipo funciona como um dispositivo de visão e de classificação das pessoas. Pelas lentes do estereótipo, não se enxerga o indivíduo, mas principalmente aquilo que o estereótipo indica. Por exemplo, quando ouvimos a palavra “travesti”, dispara em nossa mente um “pacote pronto” que instrui a nossa percepção acerca das travestis. Ao nos encontrarmos diante de uma travesti, tendemos a não ver a pessoa e suas especificidades, mas, sobretudo (ou somente), aquilo que o estereótipo diz acerca dela (ou somente de seu grupo). Assim, o estereótipo instaura, ao mesmo tempo, uma visibilidade distorcida em relação ao grupo (pois “essa gente é assim”) e uma invisibilidade do indivíduo (pois “são todos iguais”). É desta maneira que o estereótipo resiste à correção pela evidência empírica: quando percebemos que alguém não se encaixa em uma expectativa dada pelo estereótipo, ao invés de questionarmos a “verdade” do estereótipo, tendemos a achar que aquela pessoa é uma “exceção”, que não é uma “autêntica representante” do seu grupo, ou, pior, que “está tentando nos enganar”. A escola tem sido acusada de reforçar os estereótipos de gênero (entre outros) ao socializar crianças e adolescentes conforme as normas de gênero, ou seja, segundo compreensões tradicionais e opressivas do que é masculino (e “adequado” para os homens) e do que é feminino (e “adequado” para as mulheres). Uma evidência disso é que as mulheres continuam a ser vistas como menos capazes e constituem uma presença minoritária nos campos da ciência, da tecnologia e da política, tradicionalmente masculinos, apesar das taxas de escolarização e sucesso escolar de meninas e mulheres serem mais elevadas que as dos meninos e homens, em todos os níveis, no Brasil (**Ver: Gênero, Identidade de gênero, Pedagogia feminista**).



13 Falocentrismo

Predomínio ou centralidade masculina baseada na idéia de que possuir e usar um falo (pênis) representariam poder e sinal de superioridade. Na Antigüidade, o falo representava a fecundidade e, por isso, era objeto de culto (o mais conhecido talvez tenha sido o rito dionisiaco grego da *faloforia*, uma procissão que acompanhava um simulacro de um falo). A partir daí, pouco a pouco, foi se constituindo a idéia de que o falo sinalizava a superioridade dos homens, tornando-se o órgão simbólico de poder (assim como quase todo objeto fálico: a espada, o cetro, o bastão, a lança, a flecha, o fuzil, o míssil etc.). O falocentrismo ganha particular relevância em sociedades androcêntricas e heterossexistas, onde os homens precisam constantemente demonstrar serem dotados de virilidade, por meio de manifestações de força, agressividade, coragem, iniciativa, assegurando-se do reconhecimento de sua potência sexual e social. (**Ver: Androcentrismo, Estereótipo de gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Machismo, Masculinidade hegemônica, Misoginia, Patriarcado, Pedagogia feminista, Poder**).

14 Feminismo

Refere-se tanto a uma ideologia de liberação das mulheres quanto a uma teoria crítica do sexismo, da sociedade patriarcal, da visão androcêntrica de mundo e da dominação masculina. A história do feminismo moderno começa com a luta pelo voto das mulheres do século XIX até as primeiras décadas do século XX, precedida pela conquista do direito da mulher à educação. Na década de 1960, o Movimento de Liberação das Mulheres lutou por salário igual para trabalho igual; por prazer sexual e acesso à contra-



cepção, inclusive pelo direito ao aborto legal; pela co-responsabilidade no trabalho doméstico e no cuidado das crianças na família, bem como por creches públicas. Atualmente o movimento feminista se desdobra em várias vertentes: além do feminismo liberal, radical e socialista das décadas de 1960-70, a partir do feminismo da diferença da década de 1980 despontaram os feminismos negro, lésbico, espiritualista, ecológico, terceiro-mundista e pragmático, de acordo com Manuel Castells. É considerado (por este e por outros sociólogos) o movimento social mais importante das últimas décadas do século XX, por desconstruir a estrutura familiar, as normas sexuais e as identidades de gênero patriarcais. (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Machismo, Misoginia, Patriarcado, Pedagogia feminista, Poder, Violência de gênero**).

15 Gay

Identidade social contemporaneamente atribuída a homem de orientação homossexual, ou seja, que se relaciona sexual ou afetivo-sexualmente com outros homens. Em contextos socioculturais distintos do ocidental urbano moderno, tal identidade pode encontrar outras formas de categorização, dado que “gay”, “homossexual”, “entendido” etc. (assim como “lésbica”, “travesti”, “heterossexual” etc.) são denominações histórica e culturalmente situadas. Ademais, como a identidade sexual pode não corresponder ao comportamento sexual, muitos homens que se relacionam sexualmente com outros homens não se identificam como “gays” ou como “homossexuais”. Assim, muitos dos chamados “homens que fazem sexo com homens” (HSH), pressionados pela *heterossexualidade compulsória*, costumam se definir como “heterossexuais”, chegando inclusive a ostentar forte desprezo em relação aos homossexuais e à homossexualidade, como forma de reafirmarem sua masculinidade. Ao longo dos anos de 1970, os movi-



mentos de gays e lésbicas empenharam-se para retirar a carga simbólica negativa que a cultura heterossexista conferia à homossexualidade. Ao cunharem o termo "gay" com significado positivo (em inglês, *gay* = contente), os movimentos lesbigays se dotaram de um importante instrumento de afirmação política na luta contra a perseguição, a discriminação e a violência homofóbica. Recentemente, alguns estudiosos/as, preocupados/as com a carga essencialista (naturalizante) que os termos "gay" e "homossexual" podem ter, preferem falar em "indivíduos homoeróticos", "homoafetivos" ou utilizar ainda outros termos, como o "queer", por exemplo. É preciso considerar, ainda, que a identidade gay também pode ser adotada como uma tomada de posição frente às pressões da matriz heterossexual. Neste sentido, mais do que apenas uma identidade sexual, seria uma identidade política antagonista em relação à heteronormatividade. Os gays (assim como qualquer agrupamento humano) constituem um grupo heterogêneo, com diferenças de classe, raça, etnia, idade, expressão de gênero, cultura etc. (**Ver: Diversidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homoerotismo/homoafetividade, Homofobia, Identidade, Identidade Sexual e de Gênero, Lésbica, Matriz Heterossexual, Orientação Sexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Sexismo, Teoria Queer, Transgênero, Transexual, Travesti, Violência de gênero, Violência de gênero na escola**).

16 Gênero

Na cultura androcêntrica e na sociedade patriarcal, é uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas. Implica relação (masculino X feminino), dicotomia, assimetria, desigualdade, polarização e hierarquia. Determina identidades, qualidades e valores desigualmente atribuídos a homens e mulheres, a práticas sociais e a objetos culturais (por exemplo, as cores rosa e azul). No nível individual, o gênero corresponde a jeitos de ser/parecer. Nas relações sociais, constitui uma estrutura de dominação masculina, baseada na atribuição de valores



diferenciados ao que se denomina masculino em relação ao que se denomina feminino. Logo, relações de gênero são relações de poder em que o princípio masculino é tomado como parâmetro universal. Exemplos de como as relações de poder de gênero afetam homens e mulheres: o homem forte vale mais que o homem frágil; uma mulher de opinião não é feminina; uma mãe vale mais que uma mulher que opta por não ser mãe, assim como mulheres casadas são mais valorizadas do que as solteiras; assuntos masculinos são mais importantes que assuntos femininos; palavra de homem é mais escutada e tem mais crédito que palavra de mulher, especialmente nos assuntos públicos, como a política, a economia etc. (Ver: **Corpo, Corporificação, Diferença e desigualdade, Diversidade, Diversidade Sexual e de Gênero, Equidade de Gênero, Estereótipo de gênero, Falocentrismo, Gay, Habitus, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Igualdade, Instituição, Pedagogia feminista, Lésbica, Machismo, Masculinidade Hegemônica, Matriz heterossexual, misoginia, Natureza/cultura, Orientação Sexual, Patriarcado, Pedagogia feminista, Poder, Politicamente correto, Sexismo, Sexo, Sexualidade, Sujeito, Teoria Queer, Transgênero, Transexual, Travesti, Violência de Gênero, Violência de gênero na escola**).

17 Habitus

Conceito de Pierre Bourdieu que denota o sistema socialmente constituído de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo. O habitus funciona como capital cultural, um sistema de esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, produto da internalização dos princípios de uma cultura, desde a socialização infantil. Lei social incorporada, expressa predisposições e inclinações, incluindo a auto-disciplina e a auto-censura. Os gêneros constituem um habitus, ou seja, a subjetividade de gênero é corporificada, estruturada internamente e expressa em posturas masculinas ou femininas (experiência individual), sendo continuamente realimentada e reforçada pela objetividade da realidade social, por uma organização social

baseada em divisões de gênero (experiência histórica). Este processo de constituição de habitus opostos de gênero constrói simultaneamente o sujeito e o mundo, reproduzindo articuladamente estruturas subjetivas (princípios de visão) e objetivas (princípios de divisão). (Ver: **Corpo, Corporificação, Gênero, Heteronormatividade, Identidade, Natureza/cultura, Pedagogia feminista, Violência de gênero**).

18 Heteronormatividade

Conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única forma legítima e natural de expressão identitária e sexual, que faz com que a homossexualidade, a transgeneridade e as práticas sexuais não reprodutivas sejam vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. Como explica Judith Butler, a imposição da heteronormatividade se vincula a processos de produção de corpos, sujeitos e identidades coerentemente sintonizados com a seqüência sexo-gênero-sexualidade. Mais do que isso: a heteronormatividade se fundamenta na crença na divisão binária dos corpos (macho e fêmea), e na atração "natural" entre os "sexos opostos" (correspondentes obrigatoriamente a gêneros distintos, também definidos de maneira binária). Nesse contexto, os gêneros são definidos com base na "matriz heterossexual", e a expressão da sexualidade e da orientação sexual é rigidamente vinculada às identidades e expressões de gênero segundo esse modelo binário e essa crença na correspondência sexo-gênero. Assim, a heteronormatividade reforça as concepções binárias e as normas de gênero, e a produção da seqüência heteronormativa sexo-gênero-sexualidade obedece à lógica da produção de corpos e desejos obrigatoriamente heterossexuais ("heterossexualização compulsória"). Por isso, corpos que escapam dessa seqüência (arbitrária, mas tida como "natural") são considerados incompreensíveis. Tal é o caso das pessoas transgênero (especialmente travestis e transexuais) que



têm dificuldades de serem respeitadas as suas identidades de gênero e de realizarem as intervenções cirúrgicas que julgam necessárias (silicones, hormônios, implantes, redesignação sexual etc.). Por sua vez, as pessoas intersexo (antes chamadas "hermafroditas") são, ao contrário do que ocorre com as transgênero, constantemente pressionadas para se submeterem a cirurgias "corretoras" e se tornarem homem ou mulher. A heteronormatividade é geralmente ensinada pelas instituições sociais (família, igreja, escola) ao longo de processos normativos e normalizadores de produção de sujeitos, corpos e identidades. **(Ver Binarismo, Diversidade sexual e de gênero, Epistemologia/metodologia feminista, Gay, Habitus, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz Heterossexual, Orientação sexual, Pedagogia feminista, Sexo, Transgênero, Transexual, Travesti).**

19 Heterossexismo

Sistema ideológico que assume a heterossexualidade como norma padrão. É uma forma de opressão e de discriminação, baseada na orientação sexual e no binarismo ativo/passivo. A visão heterossexista promove incessantemente, por meio das instituições sociais e dos indivíduos, a superioridade da heterossexualidade, subordinando as formas de expressão da homossexualidade e da bissexualidade. O heterossexismo, com suas lógicas de hierarquização e de exclusão, marca as relações sociais e sexuais a partir da visão segundo a qual o impulso sexual é "natural" do "macho" que, ativo, deve demonstrar um formidável desempenho sexual, submetendo as fêmeas/passivas (ou as pessoas "efeminadas") aos seus desejos, fantasias e preferências sexuais. Mesmo a relação homossexual pode assimilar e reproduzir o padrão heterossexista: em alguns casos, o sujeito "ativo", além de ser visto (e valorizado) como "masculino", pode ser ver como "heterossexual", percebendo o outro (o "passivo") como feminino, a "mulher"



ou o “único homossexual” daquela relação. Inclusive a produção pornográfica que retrata sexo entre mulheres se dá em atendimento a uma demanda machista e heterossexista ligada a fantasias que homens cultivam ao imaginarem o que as lésbicas fazem em matéria de sexo. Os conceitos de heterossexismo, heteronormatividade, homofobia e androcentrismo articulam-se estreitamente. (ver: **Diversidade Sexual e de Gênero, Heteronormatividade, Heterossexualidade/homossexualidade, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Patriarcado, Poder, Violência de gênero**).

20 Heterossexualidade/homossexualidade

A heterossexualidade é uma categoria conceitual cunhada no século XX para definir e regular não apenas os comportamentos sexuais, mas as maneiras pelas quais definimos o gênero. O surgimento do termo “heterossexual” (1901) sucedeu o uso do termo “homossexual” (1869), como parte de um regime medicalizado e psicanalizado que procurava definir a identidade do indivíduo por meio de seus desejos sexuais. Nascia aí o “sujeito homossexual”, definido não mais como alguém *praticante* de certo tipo de “vício sexual”, mas como alguém que é em si “doente”, “pervertido”, em função de seu desejo por pessoa do mesmo sexo. Lançavam-se aí as bases para o disciplinamento normativo e normalizador do que veio a ser em seguida a heterossexualidade (sexo procriativo homem-mulher). Assim, de acordo com Adrienne Rich, a instituição política da heterossexualidade constrói a sexualidade humana e o gendramento dos sujeitos, funcionando como um mecanismo de exclusão e opressão daqueles e daquelas que não se enquadram em suas determinações e imposições. (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Homoerotismo/ Homoafetividade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual,**



Orientação sexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Sexismo, Teoria queer, Transgênero, Transexual, Travesti, Violência de gênero, Violência de gênero na escola).

21 Homoerotismo/homoafetividade

O termo "homoerotismo" tem sido proposto como alternativa ao termo "homossexualidade" por conferir uma ênfase no erotismo, entendido como categoria mais ampla e trans-histórica. Argumenta-se que o termo "sexualidade" pode ainda possuir uma carga negativa em função da sua origem no discurso medicalizado e normalizador do século XIX. Neste sentido, por exemplo, em relação à Grécia Antiga seria mais apropriado falar em homoerotismo do que em homossexualidade, pois lá práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, em si mesmas, não sofriam tal tipo de condenação social. Em todo caso, atualmente tem-se procurado empregar o termo homossexualidade conferindo-lhe um sentido mais positivo. No entanto, o que parece ser consenso é a recusa do uso do termo "homossexualismo", pois este apresenta um indiscutível teor negativo, medicalizado, criminalizante. A noção de "homoafetividade", por sua vez, tem sido empregada em situações em que se pretende dar ênfase aos aspectos afetivos e emocionais das relações homossexuais/homoeróticas. Fala-se, por exemplo, em famílias homoafetivas, uniões homoafetivas (ou homoparentais). (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Sexismo, Teoria queer, Transgênero, Transexual, Travesti, Violência de gênero, Violência de gênero na escola**).



22 Homofobia

Termo comumente utilizado para definir o medo, o desprezo, a desconfiança, o ódio, a hostilidade e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tais. A homofobia não diz respeito apenas a um universo variado de manifestações psicológicas negativas em relação à homossexualidade. Ela está na base de preconceitos, discriminações e violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e todas as pessoas cujas sexualidades ou expressões de gênero não se dão em conformidade com a heteronormatividade e as normas de gênero. É uma expressão de heterossexismo, pois diz respeito ao rechaço em relação às pessoas cujas identidades ou expressões não se encaixam no binarismo de gênero. Neste sentido, a violência homofóbica deve ser entendida como uma violência de gênero. A homofobia, portanto, não deve ser encarada apenas com uma atitude meramente individual, mas enfrentada como fenômeno social (às vezes sutil, às vezes ostensivo) atrelado à vigilância das normas de gênero, cujas raízes estão no machismo, na misoginia e na heteronormatividade. Daniel Welzer-Lang distingue a "homofobia específica" (entendida como aversão dirigida contra homossexuais) da "homofobia geral" (manifestação do sexismo que resulta em discriminação de sujeitos que apresentem características atribuídas ao gênero oposto). Por isso, Daniel Borrillo define a homofobia como uma forma de sexismo, pois ela atua como guardião das fronteiras sexuais (hetero/homo) e das fronteiras de gênero (masculino/feminino). A lesbofobia e a transfobia são manifestações mais específicas de homofobia. A lesbofobia se refere ao desprezo, à discriminação e à violência contra as lésbicas; a transfobia, do mesmo modo, contra travestis, transexuais e transgêneros. Há outros termos empregados para evitar uma abordagem individualizante, centrada na idéia de "fobia". Entre eles destacam-se: heterossexismo, heterocentrismo, homonegatividade, homopreconceito. **(Ver Diversidade sexual e de gênero, Gay, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Transgênero, Transexual, Travesti, Violência de gênero)..**



23 Identidade

Construto pelo qual cada pessoa se reconhece e/ou é reconhecida pelos outros, com base em categorias como etnia, classe social, religião, gênero, sexualidade, sexo e outras características físicas, que agem como “marcadores identitários”. A definição identitária é um fenômeno relacional e não meramente individual ou unidirecional. Está associada à subjetividade e se constrói na intersubjetividade. As instituições, entre as quais a escola, fixam nossas identidades, como demonstraram Louis Althusser e Michel Foucault. Atualmente, têm-se criticado as visões segundo as quais as identidades possuiriam bases naturais e imutáveis, como se fossem essências unitárias (por exemplo, “a” mulher, “o” homossexual etc.). Nesse sentido, vários/as estudiosos/as pós-estruturalistas e feministas defendem o caráter social, dinâmico, fluido, mutante, plural das identidades sociais; elas não são dadas pela natureza, prontas para serem simplesmente “assumidas”, unitárias e coerentes, mas são sempre parciais, contraditórias e estratégicas, o resultado da interseção e da confluência de vários fatores. Segundo Donna Haraway, as identidades são parciais porque o sujeito negocia uma variedade de papéis e posições; são contraditórias, porque as posições negociadas podem ser conflitantes; e são estratégicas, porque o sujeito se posiciona num momento específico em relação ao contexto no qual se encontra. Por isso, a identidade constitui-se numa ferramenta político-social, tanto problemática (pelo poder de categorização/classificação negativa de indivíduos e grupos) quanto empoderadora (um construto mobilizado para objetivos políticos positivos). Problemática porque a identidade pode ser usada para separar, desvalorizar, inferiorizar e excluir: é o caso do preconceito, fundamentado em estereótipos negativos que constituem uma identidade para o(s) outro(s) — expressões homofóbicas e misóginas como “veado”, “mulherzinha”, “puta” representam esse tipo bem conhecido de uso das identidades. Empoderadora porque, como afirma Stuart Hall, a identidade possibilita a formação de grupos em torno da articulação de experiências comparti-



lhadas para a efetivação de políticas de identidade, ou seja, a reivindicação de reconhecimento de identidades/especificidades/diferenças de grupos subordinados e excluídos. Assim, o conceito de identidade é útil para discutir uma experiência comum entre pessoas que compartilham características cruciais de um posicionamento social ou corporificação, como gênero, sexualidade, classe, etnia, deficiência física etc. Para pessoas e grupos subordinados, como mulheres, gays, travestis, cuja experiência tem sido desvalorizada, a noção de uma identidade compartilhada (e de uma experiência de diferença compartilhada) possibilita a superação de um senso de inferioridade internalizado ou de inadequação pessoal, que levam ao isolamento e fragilizam. Na construção das identidades estão envolvidas disputas em torno de princípios de visão e de divisão, em favor de formas de ver, perceber, classificar o mundo, o que é resumido por Manuel Castells na ideia de que reivindicar uma identidade é construir poder para mobilizar-se e lutar por mudanças. No caso dos grupos subjugados, essa disputa ganha o caráter de resignificação simbólica, a exemplo do slogan "black is beautiful" (a negritude é bonita), lançado nos anos 1960, contra a ideologia e a estética do embranquecimento. Outros exemplos de resignificação são a expressão "orgulho gay" (a própria palavra gay, que em inglês significa alegre/feliz já é uma resignificação, ao conotar contentamento com a própria orientação sexual). Vale lembrar que, quanto às mulheres, tradicionalmente denominadas "o sexo frágil", ainda não se cunhou uma expressão de resignificação simbólica. Para o esforço de resignificação das relações identitárias, a escola pode contribuir de modo relevante, ao criticar ideias e valores inerentes às práticas excludentes e discriminatórias de indivíduos e grupos, bem como recusar comportamentos que expressem (ou se relacionem a) desigualdades e injustiças, abusos e violências. **(Ver: Corpo, Corporificação, Empoderamento, Gênero, Habitus, Heteronormatividade, Natureza/cultura, Pedagogia feminista, Poder, Sujeito, Violência de gênero).**



24 Identidade sexual e de gênero

As *identidades sexuais* são as formas como os sujeitos vivem, representam e apresentam sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, as *identidades de gênero* dizem respeito à identificação dos sujeitos com configurações de masculinidade ou de feminilidade. A identidade sexual nem sempre corresponde linearmente ao comportamento sexual. Em função das pressões heteronormativas e dos ditames postos ao longo dos processos de "heterossexualização compulsória", muitas pessoas com práticas sexuais homoeróticas não se vêem como "homossexuais". Muitos homens de aparência masculina segundo o padrão de masculinidade hegemônica, casados e com filhos, e que, mantêm relações sexuais com outros homens, afirmam-se heterossexuais, sobretudo se eles desempenham a parte considerada "ativa" na relação sexual (aquele que penetra, "o homem"). Para eles, o "homossexual" é o outro, o "passivo", a "mulher" da relação. O jogo de poder e as hierarquizações aí são evidentes e podem desdobrar-se em outras formas de violência. Estes "homens que fazem sexo com homens" (HSH) além de muitas vezes se definirem como heterossexuais, ostentam desprezo e atitudes agressivas em relação aos homossexuais. Graças aos apelos da heteronormatividade, a noção de identidade de gênero é comumente confundida com a de orientação sexual: embora fortemente associadas, são aspectos distintos da constituição identitária e/ou performática do sujeito. Por exemplo, uma pessoa transexual pode ser tanto hetero, como homo ou bissexual. Tal distinção é fundamental para evitar confusões e, especialmente, para garantir a agenda dos direitos de travestis e transexuais. Por isso, os *Princípios de Yogyakarta* definem a identidade de gênero como: "a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Incluem-se aí o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero (vestimenta, modo de falar, maneirismos etc.)". (**Ver: Heteronormatividade, Identidade, Masculinidade hegemônica, Pedagogia feminista, Politicamente correto, Sujeito, Violência de gênero**).



25 Igualdade

É um conceito político que supõe a diferença. Nas políticas educacionais, fala-se de igualdade de oportunidades, de acesso, de condições e de resultados. Nem todas as pessoas, pelas diferenças individuais e pelas desigualdades de condições sociais, podem usufruir igualmente das oportunidades; daí a importância das políticas de equidade e discriminação positiva – cotas, ações afirmativas. Por exemplo, garantir o acesso escolar não é suficiente para construir a igualdade. Mesmo com o acesso universal à escola, os resultados dos processos educacionais costumam ser desiguais, perpetuando as injustiças sociais, já que não há igualdade nas condições iniciais de usufruto das oportunidades escolares. Considerando as desigualdades socioculturais (familiares, de classe, de etnia), é preciso tratar desigualmente os desiguais para compensar quem se encontra em situação de desvantagem social, oferecendo melhores condições escolares e pedagógicas. No que diz respeito às relações de gênero, por exemplo, meninos e meninas tendem a ser tratados desigualmente: meninos podem ser mais agressivos, indisciplinados, mal-comportados, enquanto meninas devem ser dóceis e colaborativas; presume-se que meninos têm bom raciocínio lógico-matemático, enquanto meninas têm boas habilidades lingüísticas. Ora, dominar a Matemática ou o Português é resultado de aprendizagem, não de habilidades inatas. Assim, a desigualdade de tratamento pedagógico de meninos e meninas tende a promover desigualdades nos estilos e conteúdos das aprendizagens do alunado, contribuindo para trajetórias escolares e ocupacionais desiguais. Por outro lado, há experiências escolares em alguns países que promovem um currículo em parte diferenciado para meninos e meninas com a finalidade de fortalecer uns e outras em áreas em que parecem mais fracos/as: tal é o caso de leitura e literatura para meninos e ciências naturais e tecnologia para meninas. **(Ver: Diferença e desigualdade, Diversidade, Equidade de gênero, Gênero, Pedagogia feminista, Poder, Politicamente correto).**



26 Instituição

Existem diversas definições de instituição social. Comumente, o conceito se refere a um conjunto de estruturas, relações e práticas sociais que expressam crenças, valores, modos de ver e de classificar o mundo social que, em sua maioria, estão sintonizados com os setores dominantes. Assim, as instituições costumam expressar os interesses hegemônicos e se organizar em torno da manutenção deles através da promoção da legitimação da dominação (de modo que todos pensem que "é justo que as coisas sejam assim"), da sua naturalização ("é natural que sejam assim"), da universalização ("isso é para o bem de todos"). Neste sentido, as instituições produzem consensos, fornecem e obtêm sustentação política, aprovação social e apoio discursivo, simbólico e material, inclusive entre elas. Por exemplo: a família nuclear burguesa se articula e se respalda nas organizações da economia capitalista, na divisão social e sexual do trabalho, na propriedade privada, no Direito, nos meios de comunicação, na escola, na igreja etc. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que as instituições sociais são construções sociais e históricas e, como tais, são espaços dinâmicos, passíveis de mudança, animados por disputas internas e externas, contraditórios. A escola é o espaço institucional por excelência de construção corpos, sujeitos e identidades afinados com os ditames da heteronormatividade, reproduzindo e legitimando hierarquizações e situações de violência racista, sexista, misógina e homofóbica. Ao mesmo tempo, a escola, como "locus" público de formação, não pode ser um espaço de mera continuidade dos interesses privados das famílias e dos grupos dominantes. O seu compromisso deve ser com a cidadania e a liberdade. Para tanto, a escola precisa se constituir como um espaço efetivamente público, laico e de promoção da cidadania, dos direitos humanos, da diversidade e da emancipação social e política. **(Ver: Epistemologia/metodologia feminista, Falocentrismo, Patriarcado, Pedagogia feminista, Poder, Programa Brasil sem Homofobia, Violência de gênero na escola).**



27 Lésbica

Identidade social modernamente atribuída à mulher de orientação sexual homossexual, ou seja, que se relaciona sexual ou afetivo-sexualmente com outras mulheres. Assim como ocorre com a identidade gay, em contextos socioculturais distintos do ocidental urbano moderno, tal identidade pode encontrar outras formas de categorização. A experiência lésbica tem uma especificidade, é uma experiência de mulher na ordem androcêntrica: além de, como mulheres, serem consideradas inferiores, as lésbicas fogem à ordem heterossexista, segundo a qual toda mulher deve desejar um homem. Em geral, as lésbicas não sofreram perseguição aberta como os homens homossexuais, porém o silêncio que existe em torno da lesbianidade e a invisibilidade a que as lésbicas estão submetidas são uma das piores formas de opressão. O feminismo lesbiano rejeita o androcentrismo e a feminilidade heterossexista/estereotipada; e proclama a amizade e solidariedade entre mulheres. Algumas teóricas feministas lésbicas contrapõem a *mulher-identificada-com-mulher* à *mulher-identificada-com-homem*, competitiva, fofqueira e cruel, ressaltando que as lésbicas não são atraídas por/para os homens como parceiros sexuais e "locus" de poder e autoridade. (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Feminismo, Gay, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homoerotismo/homoafetividade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Teoria queer, Transgênero, Transexual, Travesti, Violência de Gênero, Violência de gênero na escola**).



28 Linguagem sexista

É a forma de falar que prefere evidenciar o sexo e o gênero masculino. Por exemplo, se diz “o homem” incluindo as mulheres; “o professor”, mesmo quando o grupo só tem professoras; “o aluno”, quando a turma é mista. Cabe notar que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil usa sempre “o professor” num campo feminizado como é o magistério infantil. O problema da linguagem sexista é que ela torna invisível (e, conseqüentemente, desvaloriza) a presença e a contribuição social e histórica das mulheres, mesmo onde e quando essa presença e contribuição são predominantes. Quando se generaliza a experiência humana a partir do referencial masculino, negam-se as especificidades das experiências das mulheres, inclusive as diferenças convertidas em desigualdades, que podem ser alteradas. **(Ver: Equidade de gênero, Gênero, Machismo, Politicamente correto, Poder, Violência de gênero, Violência de gênero na escola).**

29 Machismo

Machismo (“chauvinismo masculino”) é a crença de que os homens são superiores às mulheres. Como forma de sexismo, as relações machistas discriminam negativamente, cerceiam e desqualificam as mulheres. O termo tem sido pouco utilizado na linguagem acadêmica, mas ainda é bastante usado na linguagem comum, pois expressa relações concretas, vividas, bem como denuncia valores androcêntricos há séculos transmitidos através das instituições, como a Família, a Escola, a Igreja e o Estado, para fundamentar



e legitimizar as iniquidades e a opressão presentes nas relações sociais entre homens e mulheres, entre o que se considera masculino e feminino. (Ver: **Androcentrismo, Falo-centrismo, Feminismo, Gênero, Heteronormatividade, Homofobia, Masculinidade hegemônica**).

30 Masculinidade hegemônica

Refere-se a um jeito de ser/parecer masculino valorizado por um determinado grupo, em detrimento de outras formas/expressões de masculinidade e feminilidade. O conceito de masculinidade hegemônica, tal como cunhado por Robert Connell, tem as seguintes implicações: a narrativa convencional adota uma forma de masculinidade para definir a masculinidade em geral; a masculinidade hegemônica institui e impõe a heterossexualidade como única possibilidade legítima, negando a diversidade sexual e de gênero. Outros conceitos associados, também de autoria de Robert Connell, são *hegemonia masculina* e *dividendo patriarcal*. *Hegemonia masculina* denota práticas e mentalidades que autorizam, validam e legitimam a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, materializadas em instituições como a família, o governo, o militarismo, o capitalismo corporativista. *Dividendo patriarcal* se refere ao fato de que todos os homens se beneficiam do privilégio patriarcal sem se envolverem pessoalmente em atos diretos de agressão ou opressão das mulheres. Reconhecer isso não implica desconhecer que existem também relações diferenciais de poder e rivalidade entre homens. (Ver: **Androcentrismo, Gênero, Heteronormatividade, Homofobia, Patriarcado**).



31 Matriz heterossexual

Conceito de Judith Butler que indica a rede de regulação e de produção de inteligibilidade cultural através da qual corpos, gêneros e desejos são normalizados e a heterossexualidade aparece como a única possibilidade natural e aceitável. Uma vez que, segundo esta matriz, a heteronormatividade produz as versões aceitáveis de masculinidade e feminilidade, qualquer ameaça à identidade heterossexual ameaça não apenas a sexualidade, mas também o gênero do indivíduo, portanto seu status como sujeito social viável e aceitável. A matriz heterossexual regula a sexualidade mediante a vigilância do gênero e a humilhação. Neste sentido, a homofobia se expressa em uma espécie de terror em relação à perda do gênero: no medo de não ser mais considerado/a como homem ou mulher “real” ou “autêntico/a”. Assim, graças à matriz heterossexual, a homofobia não é apenas ódio aos sujeitos homossexuais, mas funciona como uma estratégia disciplinar empregada contra todos os sujeitos sociais. (**Ver: Gênero, Heteronormatividade, Homofobia, Masculinidade hegemônica**).

32 Misoginia

Denota desprezo, aversão, ódio à mulher ou ao feminino, isto é, a qualidades ou atributos de feminilidade convencionais. É um padrão aprendido e que, por isso, pode ser abandonado, caso as idéias e valores que o fundamentam sejam criticados e transformados. O termo equivalente para a aversão ao homem ou ao masculino é “androfobia”,



porém as manifestações de misoginia são mais frequentes na cultura androcêntrica e heteronormativa. (Ver: **Androcentrismo, Gênero, Machismo**)

33 *Natureza/cultura*

Conceitos dicotômicos, de grande importância para entender a construção das concepções de homem e mulher, e de gênero. *Natureza* refere-se à realidade biológica e física, enquanto *cultura* remete às transformações da realidade biológica e física pela ação humana. A cultura é um conjunto de artefatos, símbolos e valores, desenvolvido e compartilhado por um determinado grupo social. É a matriz das diversas identidades individuais e sociais. Natureza/cultura formam um dualismo que tem sido desconstruído pela ciência pós-moderna. Boaventura de Souza Santos diz que “não há natureza humana porque toda a natureza é humana” e que “o mundo natural-social é texto, comunicação, jogo, palco, autobiografia”. (Ver: **Corpo, Corporificação, Dicotomia, Gênero, Identidade**).

34 *Orientação sexual*

Termo utilizado em referência à orientação do desejo sexual. Modernamente, fala-se em três orientações sexuais básicas: a heterossexualidade (interesse por pessoa do sexo oposto), a homossexualidade (interesse por pessoa do mesmo sexo) e a bissexuali-



dade (interesse por pessoas de ambos os sexos). A orientação sexual não é fruto da deliberação individual, independente de inúmeros fatores de ordem social, cultural, psicológica, histórica etc. Neste sentido, não é apropriado considerar a orientação sexual como um dado da natureza (como querem os essencialistas) nem tampouco como uma mera “opção sexual”. As insistentes buscas para descobrir as “causas” da homossexualidade são pesquisas de questionável valor científico que possuem fundamento homofóbico. Afinal, não se busca com a mesma insistência descobrir as “causas” da heterossexualidade. É preciso ainda atenção para uma distinção importante entre orientação sexual e identidade de gênero. As pessoas transgêneros (travestis e transexuais) não são necessariamente homossexuais, como se costuma pensar. Elas podem ser hetero, homo ou bissexuais. Por exemplo: se uma mulher transexual se relacionar sexualmente com um homem, teremos aí uma relação heterossexual (já que a situação envolve duas pessoas de diferentes identidades de gênero); se preferir relacionar-se com mulheres, teremos uma mulher transexual lésbica (já que a relação se dá entre pessoas com a mesma identidade de gênero). Igualmente, uma travesti (que, apesar de possuir pênis, possui identidade de gênero feminina) pode assumir uma identidade heterossexual se preferir colocar-se como feminina em suas relações com os homens. Esta é uma das razões que fazem com que alguns autores/as prefiram definir a orientação sexual em relação à identidade de gênero e não ao sexo das pessoas. **(Ver: Diversidade sexual e de gênero, Gay, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homoerotismo/homoafetividade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Transgênero, Transexual, Travesti).**



35 **Patriarcado**

Sistema social baseado na autoridade masculina nos domínios público e privado. Envolve o estado, a economia, a cultura, a comunicação, a família, a educação, a sexualidade. Denominado por Bell Hooks de "sexismo sistêmico institucionalizado", o patriarcado é sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papéis de gênero, e modos de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres, econômica, sexual e culturalmente, a partir do lar. Portanto, exclui as mulheres de posições de poder/autoridade/privilegio, exceto quando a serviço do sistema. Segundo as feministas marxistas, o patriarcado e o capitalismo se apoiam mutuamente já que a mulher é explorada tanto como trabalhadora assalariada quanto como dona de casa, ao sustentar o trabalhador com o trabalho doméstico gratuito. A Sociologia do Gênero explica que nas sociedades industriais as mulheres são socializadas para assumirem uma personalidade feminina e uma identidade de gênero específica; são relegadas ao âmbito privado do lar e excluídas das atividades públicas; são alocadas a atividades produtivas restritas, inferiores, mal-pagas e degradantes; e são submetidas a ideologias estereotipadas que as definem como fracas e emocionalmente dependentes dos homens. O conceito de patriarcado foi criticado por seu caráter monolítico e por apontar o homem como o inimigo. Todavia, os estudos da masculinidade retomaram o conceito. **(Ver: Androcentrismo, Empoderamento, Epistemologia/metodologia feminista, Equidade de gênero, Falocentrismo, Feminismo, Instituição, Machismo, Poder, Politicamente correto).**



36 Pedagogia feminista

Visa a conscientização, o empoderamento, a mobilização e a organização coletiva para a transformação das relações de dominação de gênero e a liberação dos indivíduos e grupos daquilo que limita sua participação social, intelectual e política. Para isso, estimula o diálogo, a diversidade de perspectivas e a crítica sobre a cultura do poder, particularmente sobre os processos e estruturas que reproduzem a subordinação de gênero na sala de aula, na academia e nas práticas sociais em geral. Por vários desses elementos, tem afinidades com a pedagogia de Paulo Freire. (Ver: Empoderamento, Equidade de gênero, Feminismo, Gênero, Machismo, Violência de gênero).

37 Poder/dominação

Numa acepção política, o poder é entendido genericamente como uma relação social complexa, que expressa tensão entre estrutura e intencionalidade/ação. Segundo Nicholas Abernethy, Stephen Hill e Bryan Turner, é tanto repressivo e coercitivo quanto produtivo e capacitador, fonte de opressão em seu abuso e de emancipação em seu uso. No primeiro caso, é poder sobre – a habilidade de influenciar o comportamento dos outros, desrespeitando suas próprias escolhas. No segundo caso, é poder para, poder com, poder interior – a habilidade de atingir um resultado desejado e socialmente valorizado. Diante de conflitos de interesses, abertos ou latentes, as relações de poder se expressam como: dominação, explícita ou implícita, via imposição, coerção, manipulação,



supressão, omissão ou negação; desafio e resistência às fontes e formas de poder vigentes; troca solidária e/ou complementar; e meio de obtenção de controle sobre as fontes e formas de poder vigentes com vistas à superação das assimetrias de poder. Portanto, o poder tem várias faces e varia do exercício da força e da manipulação ao exercício da influência e da persuasão racional. Compreende, segundo Andrew Heywood: (a) tomada de decisão, habilidade de exercer julgamentos conscientes e pressões que conformam ações e influenciam decisões através de uso da força ou intidação (o porrete), trocas produtivas com ganhos mútuos (o acordo), e criação de obrigações, lealdade e compromisso (o beijo), implicando pluralismo; (b) estabelecimento de agenda, habilidade de mobilizar tendências, obstaculizar decisões, impedir que questões ou propostas sejam postas, implicando elitismo; (c) controle do pensamento, habilidade de influenciar os outros, dando forma ao que pensam, querem ou necessitam, implicando doutrinação ideológica, controle cultural e psicológico. As relações de poder estruturam a vida cotidiana. Pessoas, grupos e instituições têm projetos pessoais e políticos, empregam recursos e estratégias para realizá-los, influenciar, pressionar, superar obstáculos, encontrar soluções, propor mudanças, ou seja, buscam o poder e exercem seus poderes. As relações de gênero são relações de poder masculino e estão articuladas com outras relações de poder (classe, raça/etnia, orientação sexual). As mulheres em geral têm pouco poder e este está circunscrito ao âmbito privado e familiar, por isso necessitam de empoderamento individual e coletivo. Segundo Srilatha Batliwala e Jo Rowlands, o poder feminino deveria constituir uma nova concepção de poder, mais democrático e compartilhado, uma forma de poder aberta, criativa, solidária e facilitadora, baseando-se numa ética de promoção da melhoria das relações sociais das gerações presentes e futuras. **(Ver: Androcentrismo, Empoderamento, Epistemologia/metodologia feminista, Equidade de gênero, Falocentrismo, Feminismo, Instituição, Machismo, Politicamente correto).**



38 Politicamente correto

Na experiência do dia-a-dia, agimos na presunção de estarmos corretos/as e não paramos para refletir sobre as implicações políticas e éticas de nossas ações; nem precisamos explicitar nossa política, quando ela é a norma hegemônica, ou os nossos valores, quando contamos com que sejam compartilhados pelos outros. Nesse contexto, o discurso e o posicionamento “politicamente corretos” surgiram como uma contranarrativa desafiadora da naturalização das relações de dominação. Num contexto de relações sexistas, racistas, homofóbicas, passou a ser politicamente correto não discriminar por sexo/gênero, raça, orientação sexual. Em todo caso, em qualquer situação, agimos com base no que presumimos ser politicamente correto, seja essa presunção acrítica ou crítica, e esse posicionamento ou discurso “politicamente correto” (implícito ou explícito) pode ser contestado e ressignificado. (**Ver: Diversidade, Empoderamento, Linguagem sexista, Machismo, Pedagogia feminista, Poder**).

39 Programa Brasil sem Homofobia

Programa do Governo Federal, instituído em maio de 2004, para o “combate à violência e à discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e de promoção da cidadania homossexual”. Por meio dele, o Governo Federal e, mais tarde, diversos Estados e Municípios se comprometeram a desenvolver ações de promoção do reconhecimento à diversidade sexual e de enfrentamento à discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero em diversas áreas, tais como: educação, saúde, justiça,



cultura, trabalho, juventude, igualdade racial, gênero etc. Em maio de 2008, foi realizada a Conferência Nacional de Políticas para LGBT. Dela resultará a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (Ver: **Empoderamento, Heterossexismo, Homofobia, Identidade de gênero, Orientação sexual, Poder**).

40 Sexismo

Trata-se da discriminação ou tratamento indigno a um determinado — sexo na história recente, o feminino. Como as representações acerca do sexo e da sexualidade estão vinculadas ao binarismo de gênero e à heteronormatividade, a homofobia também é uma forma de sexismo. (Ver: **Androcentrismo, Diversidade sexual e de gênero, Falocentrismo, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade sexual e de gênero, Matriz heterossexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Violência de gênero**).

41 Sexo

Designa a caracterização anatômica e fisiológica de seres vivos, entre eles os seres humanos — macho, fêmea, intersexo (o termo “hermafrodita” tem sido duramente criticado por estudiosos e pelos movimento LGBT), além da atividade sexual propriamente dita. No entanto, o significado que damos às características sexuais são produtos histó-



rico-culturais. O sexo, neste sentido, assim como o corpo, seria um artefato sociocultural, constituído discursivamente em relações de poder. Uma vez que não existem corpos livres de investimento e expectativas sociais, o corpo e o sexo não podem ser entendidos como uma totalidade, uma essência a-histórica, universal e pré-discursiva. As noções segundo as quais homens e mulheres pertencem a dois sexos diferentes foram construídas historicamente, a partir do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, por razões mais políticas que científicas. (Ver: **Corpo, Corporificação, Gênero, Identidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Sexualidade, Sexualidade Infantil, Transgênero, Transexual, Travesti**).

42 Sexualidade

Define-se como expressão de desejos e prazeres. Envolve preferências, predisposições e experiências físicas e comportamentais, orientadas a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos. A partir do século XIX, torna-se uma questão relevante para a vida em sociedade, como demonstram as ciências humanas. De acordo com Anne Cranny-Francis, Wendy Waring, Pam Stavropoulos e Joan Kirby, as teorias que explicam a construção da sexualidade, o desejo e a orientação sexual variam do essencialismo/biologismo ao construcionismo social, da identidade sexual à atividade sexual, da patologia à preferência. De acordo com a crítica feminista, no sistema da heterossexualidade compulsória e de oposição binária de gênero, a sexualidade masculina é representada como naturalmente ativa, agressiva e sádica, e a feminina como naturalmente passiva, masoquista e narcisista, reduzida à maternidade. (Ver: **Corpo, Corporificação, Epistemologia/metodologia feminista, Gênero, Identidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Natureza/cultura, Sexualidade infantil**).

43 Sexualidade infantil

Há duas acepções para o termo. Primeiro, refere-se ao conjunto de excitações e atividades com o próprio corpo e os corpos de outrem que, já desde a infância, proporcionam prazer e ganham uma especificidade erótica crescente, até alcançarem o prazer genital propriamente dito, a partir da adolescência. Segundo, diz respeito ao conjunto de significados atribuídos pelo indivíduo, desde sua infância, àquelas experiências infantis vividas no contexto intersubjetivo das relações entre adultos cuidadores e criança cuidada: a criança é objeto de desejos sexuais inconscientes dos adultos e, por conta disso, passa também a desejar (como indicam as fantasias, os sonhos e os jogos amorosos entre filhos/filhas e pais/mães, por exemplo). Nessa perspectiva, a sexualidade infantil também diz respeito à busca de satisfações imaginárias que não se reduzem ao atendimento de necessidades fisiológicas (como a fome) ou afetivas (como o amor), mas, apoiando-se nelas, atribui-lhes um significado que as ultrapassa (a fome de conhecimento ou o amor a uma causa, por exemplo). A educação só intervém direta e intencionalmente na primeira delas, associando valores às experiências corporais e estabelecendo regras para as práticas sexuais, como a proibição ou a tolerância para com a masturbação, por exemplo. Mas também propicia, necessariamente, a construção de significados, já que há uma implicação entre as duas acepções. Os significados construídos não são necessariamente os que a cultura pré-para, pre-vê, estipula. Embora os significados estejam previamente disponíveis na cultura, eles são criados por cada um, dizem respeito à tradução que cada um faz das próprias experiências e, portanto, são individuais. Também por isso é que as sexualidades são diferentes, porque os significados também o são. Não há um hetero/homo/bissexual igual ao outro. Ao menos não no plano da sexualidade inconsciente, justamente a infantil, já esquecida e há muito "guardada" pela criança. Assim, a influência da escola sobre os significados pessoais que resultarão a partir dos que ela oferece é indireta (não necessariamente pequena) e não pode ser



prevista/manipulada, a rigor. Todavia, a escola pode ampliar o campo de significações possíveis, através do acesso ao conhecimento e da crítica dos pré-conceitos. **(Ver: Corpo, Corporificação, Epistemologia/metodologia feminista, Gênero, Identidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Sexualidade).**

44 Sujeito

Segundo Anne Cranny-Francis, Wendy Waring, Pam Stavropoulos e Joan Kirby, os termos subjetividade e sujeito substituíram os termos *self* e indivíduo para expressar quem somos e como nos tornamos o que somos. Enquanto *self* e indivíduo denotam seres racionais, coerentes, autônomos, conscientes e em controle de suas ações, pensamentos e significados, sujeito denota seres menos poderosos, sujeitos a forças não inteiramente sob seu controle e compreensão, tanto externas (históricas, econômicas e culturais), quanto internas (impulsos e energias corporais, suas representações psíquicas, fantasias inconscientes e pensamentos reprimidos). De acordo com Michel Foucault, os sujeitos são produzidos pelas operações e negociações discursivas que constituem a vida social – são simultaneamente efeitos de poder e elementos de sua articulação, constituídos pelo poder e seu veículo. Entender a formação do sujeito é crucial para entender como o gênero funciona socialmente e psiquicamente. **(Ver: Corpo, Gênero, Heteronormatividade, Identidade, Pedagogia feminista, Sexualidade, Violência de gênero).**



45 Teoria queer

Teoria que surge na década de 1990, a partir das discussões sobre a identidade homossexual ("queer", termo de difícil tradução para o português, é um dos sinônimos para "homossexual", em inglês, podendo significar também "estranho"). Baseada nas idéias de Michel Foucault, Eve Sedgwick, Judith Butler e Jacques Derrida, entre outros/as, esta teoria propõe a desconstrução das identidades sexuais via discurso. Os/as teóricos/as queer, no contexto do movimento queer, contestam a naturalização ou a essencialização de qualquer noção de identidade, criticando as normas e os dispositivos de normatização e normalização identitária e denunciando que o discurso de atribuição identitária posiciona, julga e regula os sujeitos. Contra as categorias tradicionais de orientação sexual, a teoria queer defende, por exemplo, que não há simplesmente identidades hetero, homo ou bissexual, mas práticas sexuais conduzidas por sujeitos sem identidades fixas. Segundo tal perspectiva, todas as pessoas apresentam múltiplas identidades e o potencial para a variabilidade do desejo sexual. A perspectiva queer coloca-se, portanto, como uma postura problematizadora das chamadas "políticas de identidade", que foram cruciais para as lutas de grupos oprimidos (como negros, mulheres, gays e lésbicas), os quais encontraram na afirmação de suas identidades um importante instrumento para a criação e o fortalecimento do senso de pertencimento a uma comunidade discriminada e para a reivindicação de seus direitos. A teoria queer recebeu diversas críticas em função de sua ênfase (considerada excessiva) nos discursos e de seu relativo desinteresse nos movimentos sociais. Bell Hooks lembra que é fácil renunciar a uma identidade quando se tem uma, lembrando a importância das políticas de identidade. A perspectiva feminista queer considera interseccionalidade entre gênero, sexualidade, cor, raça, etnia, classe social etc., e, por isso, insiste na necessidade de construções teóricas e políticas



que assegurem um engajamento crítico para o enfrentamento político dos quadros de opressão. Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado consideram que a teoria queer, ao privilegiar discursos, deixa em segundo plano o concreto, a sexualidade encarnada, a subjetividade corporificada, levando à produção de discursos vazios de significado social e político e produzindo esvaziamento do espaço público. Críticas feministas acusam a teorização queer de restringir-se à experiência gay, Invisibilizando a experiência lésbica. Outras críticas, ainda, apontam que o queer tornou-se um tipo de não-identidade da moda, transgressora das fronteiras da heterossexualidade normal, portanto (e paradoxalmente) ela mesma uma identidade. (Ver: **Epistemologia/metodologia feminista, Gênero, Heteronormatividade, Identidade, Pedagogia feminista**).

46 Transgênero

Categoria comumente empregada em referência a pessoas cujas identidades de gênero são construídas em conflito com as normas de gênero, fundadas no dimorfismo sexual, segundo o qual só existiriam corpos naturalmente de “machos” ou de “fêmeas”. As pessoas transgêneros rompem com a seqüência sexo-gênero-sexualidade definida pela heteronormatividade. A categoria transgênero inclui travestis, transexuais, intersexos, andróginos, transformistas etc. A transgeneridade diz respeito a uma variada série de expressões identitárias referentes ao percurso de migração de um gênero para outro, podendo ser temporárias ou não. Além disso, o sujeito de tal processo pode inclusive decidir permanecer na fronteira entre os gêneros, adotar ou recusar, parcial ou inteiramente, elementos de ambos os gêneros. Trata-se de uma categorização e de um fenômeno social que devem ser entendidos a partir da noção de identidade de gênero e não confundidos como expressões da orientação sexual homossexual. O termo “transgênero”, em al-

guns casos, pode ser empregado em referência sobretudo às travestis, especialmente entre aquelas que consideram o termo “travesti” insuficiente do ponto de vista político, notadamente quando este é utilizado mais em referência à vestimenta do que à pessoa e à sua identidade. Para que as pessoas transgênero tenham seus direitos de cidadania assegurados, é indispensável respeitar suas identidades de gênero, reconhecendo-lhes e garantindo-lhes o direito a serem tratadas segundo essa identidade e não simplesmente com base no nome do registro civil. O reconhecimento da transgeneridade é um passo importante para assegurar o direito à autodeterminação de gênero, que deve ser um direito de todas as pessoas. (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Gay, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Teoria queer, Transexual, Travesti, Violência de gênero, Violência de gênero na escola**).

47 Transexual

Segundo Berenice Bento, a transexualidade é uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero e pela reivindicação do reconhecimento de uma nova identidade de sexo e de gênero, segundo as subjetividades e as narrativas dos próprios sujeitos. Contrariando o discurso médico tradicional, a transexualidade não é uma “doença mental” (denominada “disforia de gênero”) e nem se define necessariamente pela expressão do desejo de alterar cirurgicamente a anatomia sexual da pessoa. Transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e jurídico de uma identidade de sexo/gênero diferente daquela que lhe foi atribuída/imposta no momento de seu nascimento ou após ele. Para que as pessoas transexuais tenham seus direitos de cidadania assegurados, é indispensável respeitar suas identidades de gênero,



reconhecendo-lhes e garantindo-lhes o direito de serem tratadas segundo essas identidades de gênero e não simplesmente com base no nome do registro civil. Assim, se é um homem transexual, independentemente de ter nome de registro feminino, é preciso assegurar-lhe o direito de ser tratado pelo nome masculino com o qual se sente confortável e se identifica – e, do mesmo modo, se é uma mulher transexual. Homens transexuais podem também ser chamados de transexuais masculinos ou, em inglês, de FTM (“female to male”). Mulheres transexuais podem ser chamadas de transexuais femininas ou, em inglês, de MTF (“male to female”). (Ver: **Diversidade sexual e de gênero, Gay, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Teoria queer, Transgênero, Travesti, Violência de gênero, Violência de gênero na escola**).

48 Travesti

Pessoa que nasce do sexo masculino ou do sexo feminino e que assume identidade de gênero oposta àquela que as normas de gênero definem como correspondente ao seu sexo biológico. Existem assim os travestis e as travestis. Os primeiros têm identidade de gênero masculina, as segundas identidade de gênero feminina. Assim, a pessoa que comumente a imprensa chama de “o travesti” deveria ser tratada como “a travesti”, pois sua identidade de gênero é feminina. São muito raros em nossa sociedade os travestis, pois costumam ser percebidos e acolhidos, por exemplo, como mulheres lésbicas masculinizadas. Além de ser diferente daquela imposta pela sociedade, a identidade de gênero feminina das travestis pode estar situada mais na fronteira dos gêneros, podendo inclusive se dar como recusa de permanecer mais de um lado ou mais de outro. Como



diz Keila Simpson, importante liderança travesti brasileira: "Ser só homem ou ser só mulher é muito pouco, nós somos travestis." Marcos Benedetti sublinha: a identidade de gênero das travestis não é uma identidade de gênero feminina simplesmente, é uma identidade de gênero feminina travesti. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonoterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém isso não é regra para todas. É direito das travestis e dos travestis serem tratadas e tratados em conformidade com suas identidades de gênero. Isso significa que a escola precisa adotar medidas para assegurar às e aos travestis o direito de elas e eles terem seus nomes sociais nos registros de frequência (as chamadas) ou em outros documentos da instituição, bem como ter acesso a todos os recursos e serviços da escola (como os banheiros, por exemplo) de acordo com suas identidades de gênero. **(Ver: Diversidade sexual e de gênero, Gay, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Lésbica, Matriz heterossexual, Orientação sexual, Pedagogia feminista, Programa Brasil sem Homofobia, Teoria queer, Transgênero, Transexual, Violência de gênero, Violência de gênero na escola).**

49 Violência/violência de gênero

Violência é o uso intencional de força física, psicológica e/ou institucional que, através de ações e palavras, submete alguém a tratamento anti-social, desrespeitoso e desumano, ferindo seus direitos de ser vivo, ser humano e de cidadão(ã). Nessa perspectiva, a violência é uma forma de exercício desigual de poder, exclusivamente humana e de caráter nocivo, sempre decorrente de conflitos gerados, inclusive e, sobretudo, por fatores sociais. Tal é o caso da violência de gênero, resultante do desafio à ordem androcêntrica e heterossexista. Quando um homem sente-se no direito de bater numa mulher ou num gay porque ela ou ele ameaça sua masculinidade ou simplesmente porque ele



acredita que deve impor-se pela força física, temos o caso mais freqüente de violência de gênero contra mulheres e homossexuais. A homossexualidade e a transexualidade são também freqüentemente alvos da violência de gênero, caso em que a homofobia manifesta-se de modo extremo, como mostram os assassinatos de homossexuais e travestis conhecidos através da mídia. Com freqüência, a violência de gênero é uma conduta masculina, pois homens em culturas androcêntricas e heterossexistas constroem suas identidades de gênero com base em crenças e valores acerca de sua pretensa supremacia, associando masculinidade à exibição de força física. (**Ver: Androcentrismo, Diversidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Machismo, Matriz heterossexual, Pedagogia feminista, Violência de gênero na escola**).

50 Violência de gênero na escola

Na escola, a violência de gênero ocorre de várias formas: entre alunos e alunas, através de bullying, assédio, humilhação e mesmo da agressão física e/ou sexual; entre educadores/as, quando homens são desacreditados como educadores na educação infantil e na primeira fase do ensino fundamental; entre educadores/as e alunos/as, quando o processo de ensino é diferenciado (no seu conteúdo e na sua forma) em função do sexo e do gênero dos alunos e alunas. Três exemplos disso, relacionados à ludicidade, desempenho escolar e conduta anti-social: distinguir brinquedos por sexo/gênero; reproduzir práticas pedagógicas fundadas na crença de que meninos são melhores em Matemática e meninas em Português; e aplicar disciplina tolerando mais a agressividade física dos alunos do que a das alunas. Nesses três casos, alunos e alunas são tratados desigualmente em função de seus sexos/gêneros. Para combater a violência de gênero



na escola, educadores e educadoras precisam estar conscientes de suas próprias concepções e preconceitos; criticar a própria prática pedagógica; e implantar programas e projetos voltados para a equidade de gênero na escola, envolvendo também a família e a comunidade escolar. **(Ver: Androcentrismo, Diversidade sexual e de gênero, Heteronormatividade, Heterossexismo, Heterossexualidade/homossexualidade, Homofobia, Identidade, Identidade sexual e de gênero, Machismo, Matriz heterossexual, Violência / violência de gênero).**



Bibliografia/fontes consultas

ABERCROMBIE, Nicholas, HILL, Stephen, & TURNER, Bryan S. **Dictionary of Sociology**. 3rd edition. London: Penguin Books, 1994.

ANDRADE, F. C. B. Do saber desejar ao desejar saber: contribuições da psicanálise à educação escolar. In: SALES, V; MONTE, M; BATISTA, J. **Psicologia na Educação: um referencial para professores**. 2. ed. João Pessoa: EdUEPB, 2005.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In León, Magdalena (Compiladora). **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Bogotá: TM Editores, U.N. – Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____, Pierre. **Questões de sociologia**. São Paulo: Marcos Zero, 1983.

_____, Pierre. Cultural Reproduction and Social Reproduction. In: J. Karabel, & A. H. Halsey (Eds.), **Power and Ideology in Education** (p. 487–511). New York: Oxford Univ. Press, 1977.

BOURDIEU, Pierre, & PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.



BORILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BULGARELLI, Reinaldo. **Diversos somos todos**: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações. São Paulo: Cultura, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importam**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARVALHO, Maria Eulina P. Uma agenda de pesquisa, formação humana e docente em gênero e educação. In: PIZZI, Laura C. V. & FUMES, Neiza F. (Orgs.). **Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Vol.2: O Poder da Identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

_____. **Gênero: questões para educação**. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denilson et al. (Orgs.). **Imagem e diversidade sexual**: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004.



_____. Gênero e sexualidade. **Presença Pedagógica**. Vol. 12, nº 72, Nov/dez, 2006.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEDEL-AÑONUEVO, Carolyn. Learning Gender Justice: The Challenge for Adult Education in the 21st Century. **Adult Education and Development**, 49, 1997.

NICHOLSON, J. Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

Princípios de Yogyakarta Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.yogyakartaprinciples.org/index.php?item=25>

ROWLANDS, Jo. Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: un modelo para el desarrollo. In León, Magdalena (Compiladora). **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Bogotá: TM Editores, U.N. – Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs**, vol.5 n. 4, 1980, pp.631-60.

SAFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 9.ed, São Paulo: Moderna, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. 11.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Homossexualidade e preconceito**: crítica de uma fraude nos campos científico e moral. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/262050.shtml>>. Publicado em 27 ago. 2003. Acesso em 5 jan. 2006.



WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, n. 2, 2001.

WELZER-LANG, Daniel; DUTEY, Pierre; DORAIS, Michel (Dir.). **La peur de l'autre en soi**: du sexisme à l'homophobie. Québec: VLB, 1994.

WIKIPEDIA. Disponível em www.pt.wikipedia.org/ Acesso em 07 mai 2008.



Índice

1. ANDROCENTRISMO: 7
2. BINARISMO: 7
3. CORPO: 8
4. CORPORIFICAÇÃO: 9
5. DICOTOMIA: 9
6. DIFERENÇA E DESIGUALDADE: 10
7. DIVERSIDADE: 10
8. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: 11
9. EMPODERAMENTO: 12
10. EPISTEMOLOGIA/METODOLOGIA FEMINISTA: 13
11. EQÜIDADE DE GÊNERO: 14
12. ESTEREÓTIPO DE GÊNERO: 15
13. FALOCENTRISMO: 16
14. FEMINISMO: 16
15. GAY: 17
16. GÊNERO: 18
17. HABITUS: 19
18. HETERONORMATIVIDADE: 20
19. HETEROSSEXISMO: 21
20. HETEROSSEXUALIDADE/HOMOSSEXUALIDADE: 22
21. HOMOEROTISMO/HOMOAFETIVIDADE: 23
22. HOMOFOBIA: 24
23. IDENTIDADE: 25



24.IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO:	27
25.IGUALDADE:	28
26.INSTITUIÇÃO:	29
27.LÉSBICA:	30
28.LINGUAGEM SEXISTA:	31
29.MACHISMO:	31
30.MASCULINIDADE HEGEMÔNICA:	32
31.MATRIZ HETEROSSEXUAL:	33
32.MISOGINIA:	33
33.NATUREZA/CULTURA:	34
34.ORIENTAÇÃO SEXUAL:	34
35.PATRIARCADO:	36
36.PEDAGOGIA FEMINISTA:	37
37.PODER/DOMINAÇÃO:	37
38.POLITICAMENTE CORRETO:	39
39.PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA:	39
40.SEXISMO:	40
41.SEXO:	40
42.SEXUALIDADE:	41
43.SEXUALIDADE INFANTIL:	42
44.SUJEITO:	43
45.TEORIA QUEER:	44
46.TRANSGÊNERO:	45
47.TRANSEXUAL:	46
48.TRAVESTI:	47
49.VIOLÊNCIA/VIOLÊNCIA DE GÊNERO:	48
50.VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA:	49





Escolas Plurais

Gênero e Diversidade Sexual

Um glossário



ISBN 857745310-3



9 788577 453108

